NOVEMBRO | 2020 EDIÇÃO Nº 10

ARTICULAÇÃO

ITINERÁRIOS

HUMANAS

BNCC

O papel do Estado na economia é um debate que guia as políticas públicas dos países em todo o mundo. Quais aspectos da vida são responsabilidade do Estado? O que cabe a ele garantir? Essas questões estão nas estruturas das economias mundiais e dizem muito sobre o papel econômico de cada país no mundo contemporâneo. No Brasil, esse debate é histórico, mas está nas manchetes de todos os jornais da atualidade. Quais serão os novos conteúdos e os impactos sociais dessa temática?

CONTATO IMEDIATO

O QUE FALAM SOBRE O ASSUNTO DESTA EDIÇÃO?

Votação no plenário do Senado, que acabou com a quebra do monopólio da Petrobras, em 1995, durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Brasília (DF).

Privatizar ou estatizar?

Amir Khair

Está em pauta a discussão da privatização, que, em nosso país, ganha dimensões particulares pelas contradições que encerra, com movimentos constantes de interpenetração do espaço público pelo privado. [...]

As [...] medidas da presidenta Dilma Rousseff de privatização de empresas estatais reacende a crítica à agenda liberal, demolidora da intervenção do Estado no plano econômico e social, demarcada no país por sua ascensão à modernidade capitalista.

Especialmente em decorrência da crise mundial de 1929 a 1931, ocorreu no Brasil o combate à depressão mediante a elevação do gasto público, tendo como uma de suas consequências uma forte reorganização econômica, com a transformação do sistema produtivo nacional.

Foi um período marcado pela aceleração da industrialização e a substituição das importações, com significativa intervenção do Estado na vida econômica e social [...]

[...]

O processo de privatização no Brasil representou uma mudança radical do papel até então reservado ao Estado na atividade econômica, em contexto histórico de ascenso do pensamento neoliberal, cujas postulações enfatizam o valor do mercado e de suas leis a reger a sociedade e suas condições de desenvolvimento, devendo o Estado ser reduzido ao mínimo necessário (Estado mínimo).

Contraditoriamente no Brasil, a Constituição Federal de 1988 introduziu e ampliou direitos e expandiu as responsabilidades públicas por sua objetivação.

[...]

Novas crises econômicas mundiais fizeram emergir com força a crítica ao funcionamento do Estado e à sua capacidade de prover políticas públicas, por seu gigantismo, ineficiência e burocratismo. Esse debate fertilizou o terreno para a introdução de medidas, entre elas as várias formas de privatizações e desregulamentações.

Fernando Collor (1990–1992) foi o primeiro presidente a adotar as privatizações, ao instituir o Programa Nacional de Desestatização (PND) pela Lei n. 8.031, de 12 de abril de 1990. Os principais objetivos foram transferir à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo Estado e usar os recursos da privatização para reduzir a dívida pública.

[...]

No governo de Itamar Franco (1992–1995), concluiu-se a privatização de empresas do setor siderúrgico e petroquímico [...]

O governo FHC (1995–2002) [...] pregava um amplo programa de privatizações. [...]

Os leilões de privatização de FHC foram objeto de protestos em razão de irregularidades e duas grandes falhas: uso de moedas podres e permissão para que o BNDES financiasse parte do preço de compra, inclusive a investidores estrangeiros, o que levaria a privilegiar grupos privados específicos.

A maior parte dos valores usados para as privatizações veio de empréstimos do BNDES e dos fundos de pensão das próprias empresas estatais [...].

[...]

No governo Lula, 2,6 mil quilômetros de rodovias foram leiloadas em 9 de outubro de 2007. [...].

[...]

Ocorreram também outras privatizações: Banco do Estado do Ceará, Banco do Estado do Maranhão, hidrelétricas Santo Antônio e Jirau.

[...]

Novos tempos

Estamos em uma época bem diversa daquela do início das privatizações, em 1990. O mito do mercado desabou com a quebra do banco norte-americano Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008, o estopim da maior crise vivida pelo sistema capitalista desde 1929. Se não fosse o Estado, o sistema capitalista ruiria após o colapso generalizado do sistema financeiro, o qual o neoliberalismo acreditava que se autorregularia diante das crises.

Agora mais do que nunca se impõe uma rediscussão do papel do Estado e da iniciativa privada na economia e na sociedade. Ao Estado, competem a defesa e a promoção do desenvolvimento econômico e social. Ao setor privado, o que interessa é maximizar o lucro das empresas. Objetivos diferentes e por vezes antagônicos.

[...]

As falhas cometidas nas privatizações de empresas estratégicas, feitas especialmente no governo FHC, e a nova conjuntura internacional impõem novas reflexões e ações para fortalecer o Estado.

É necessário discutir o argumento central pró-privatização de que o Estado torna tudo mais caro para a sociedade em relação ao que pode ser feito pela iniciativa privada e que, além disso, carece de recursos necessários para investimentos em infraestrutura.

Se o Estado não está preparado, o caminho não é sua demolição, mas fazer que tenha condição para assumir o papel que a sociedade lhe delegou. [...]

[...]

Vale analisar os principais argumentos usados pelos privatistas: 1) falta de recursos no Estado; 2) custos mais elevados do Estado; 3) cabide de emprego e uso político de cargos; e 4) uso populista na fixação de preços e tarifas. [...]

KAHIR, Amir. Privatizar ou estatizar? **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2 out. 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/privatizar-ou-estatizar/>. Acesso em: 13 out. 2020.

Privatizar ou estatizar? Como o mundo lida com o saneamento básico

Vinícius Novelli

O Brasil deu um importante passo [...], ao aprovar o marco legal do saneamento básico, dando a esperança a milhões de brasileiros que não são contemplados com água encanada ou coleta de esgoto, direitos básicos e fundamentais. [...]a aprovação do PL 4.162/2019, por 65 a 13 no Senado e que agora espera a sanção do presidente Jair Bolsonaro, o mercado de distribuição e tratamento de água e esgoto será aberto para a iniciativa privada, mas sem excluir o poder público.

[...] O principal argumento de quem votou contra o texto que é a iniciativa privada não consegue prestar um serviço de qualidade, nem expandir a rede de distribuição, mas vai impor aumentos na conta de água para o consumidor.

O modelo de PPPs (Parcerias Público–Privadas) foi responsável pela universalização do saneamento em diversos países do mundo. [...]

Nem sempre, porém, o modelo é sinônimo de um sucesso. Um estudo de 2017 do Instituto Transnacional (TNI), que mantém o *site* Water Remunicipalisation Tracker, em parceria com o Observatório Corporativo Europeu, mostrou que ocorreram 235 casos de reestatização de saneamento entre 2000 e 2015. [...]

Berlim [...]. Depois de privatizar metade do setor, em 1999, [...] realizou um referendo em 2011, e devolveu o serviço para o setor público dois anos mais tarde.

Falta de saneamento básico na comunidade de Rio das Pedras no Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2017.

Segundo o estudo, dois motivos levaram os governantes a reestatizarem o saneamento básico: retomar o controle da economia e da água em nível local e baratear a conta para a população. Paris (França), Budapeste (Hungria), Bamako (Mali), Buenos Aires (Argentina), Maputo (Moçambique) e La Paz (Bolívia) estão entre as grandes cidades que optaram por esse caminho.

Mas, serviço público, nem sempre é garantia de água e esgoto mais baratos. Nos Estados Unidos, [...] a maior parte da gestão, 87%, está nas mãos do Estado. Um levantamento realizado pelo jornal britânico *The Guardian* revelou que as tarifas de 12 cidades americanas aumentaram 80%, em média, entre os anos de 2010 e 2018. Em alguns casos, o valor da conta de água representa mais de 4% da renda mensal de um cidadão americano [...].

[...]

No Brasil, o serviço atual não chega a todos. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (Snis), cerca de 33 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada e mais de 95 milhões não são contemplados com rede de coleta. É esperado que o novo marco regulatório universalize o serviço até 2033. Segundo os números do Instituto Trata Brasil, serão necessários 500 bilhões de reais para cumprir a árdua tarefa.

Os defensores do novo marco legal, dizem que entrada da iniciativa privada poderá ajudar a encurtar esse caminho com investimentos e tecnologias novas [...]. As licitações serão realizadas em blocos de municípios para minimizar a possibilidade de alguma pequena cidade ficar desassistida. O texto abre margem também para iniciativas entre as empresas e os governos por meio das PPP's. Mas, segundo especialistas, devido a legislação ambiental, de uso de solo e de desapropriação, a universalização será garantida somente em 2040.

NOVELLI, Vinicius. Privatizar ou estatizar? Como o mundo lida com o saneamento básico. **Veja**, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/privatizar-ou-estatizar-como-o-mundo-lida-com-o-saneamento-basico/>. Acesso em: 13 out. 2020.

O papel do estado na economia é um debate importante para a economia de um país e para a garantia de direitos da população. No Brasil, esse debate polariza opiniões. No vídeo a seguir você vai conhecer os argumentos de especialistas, empresários e políticos sobre esse tema.

https://ftd.li/wx6749

DIÁLOGO ABERTO

CONHEÇA A OPINIÃO DE QUEM ESTUDA O ASSUNTO.

Privatizações de empresas privadas voltam ao centro da política econômica brasileira

Henrique Martines Herrera

A pandemia mundial de covid-19 está mudando a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, tendo marcado o ano de 2020 com suas incertezas e seus impactos nos âmbitos sanitário, econômico e social. Seus efeitos estão no centro nos debates das políticas públicas e vão influenciar a memória social e as decisões políticas dos governantes durante muito tempo.

Os noticiários destacam as questões de saúde pública, os avanços do conhecimento científico sobre o vírus e as expectativas mundiais acerca da viabilidade do desenvolvimento de uma vacina eficaz. Nesse cenário, as questões econômicas, que tradicionalmente ocupam o centro dos debates públicos, tornaram-se secundárias e são vistas sob a ótica da vulnerabilidade que a covid-19 nos impõe.

Nos últimos anos, os debates em torno do funcionamento da economia brasileira ganharam importância ainda maior, em razão de uma prolongada crise que combina fatores alarmantes para o país, como baixo crescimento do produto interno bruto, elevadas taxas de desemprego, desvalorização monetária, uma crise fiscal, constatada na elevação do percentual da dívida pública em relação ao PIB, quedas nas taxas de investimento de empresas privadas e estatais e, por fim, os temores de um retorno da inflação, que se manifesta na disparada recente dos preços para os consumidores, de um item básico e tão representativo dos hábitos alimentares da população brasileira como o arroz.

Nesse cenário turbulento, entre os vários temas constitutivos das políticas desenvolvidas pelo Ministério da Economia do Brasil, a defesa das privatizações de empresas estatais e a consequente abertura de diversos setores e atividades para a entrada de capitais privados têm sido uma constante nas falas do ministro da pasta, Paulo Guedes, e dos integrantes

de sua equipe. Com maior ou menor ênfase, em diferentes momentos do ano de 2019 e ao longo de 2020, a equipe econômica do Governo Federal, comandada pelo presidente Jair Bolsonaro, tem ressaltado seu objetivo de diminuir a presença do Estado em diversas atividades, por meio de políticas de privatização, parcerias público-privadas e retirada de investimentos estatais.

.A proposta de diminuição da atuação estatal na economia brasileira é um dos pilares centrais da atual gestão do Governo Federal. Tal importância é expressa na criação de uma Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, com uma equipe responsável por coordenar as políticas de privatização e redução da gerência estatal em diversos setores da economia. O compromisso com uma política de privatizações já havia sido assumido, pelo então candidato Jair Bolsonaro e por Paulo Guedes, o qual, desde o período da campanha eleitoral, em 2018, havia sido anunciado como coordenador principal das propostas econômicas de Bolsonaro.

Em outubro de 2019, primeiro ano da gestão Paulo Guedes à frente do Ministério da Economia, os negócios abrangendo privatizações, concessões e vendas de ativos do Governo Federal somavam um montante de aproximadamente 23,5 bilhões de dólares. Em 2020, o ministro reafirmou, em diversas ocasiões, o compromisso com as privatizações, ressaltando a pretensão de anunciar mais três ou quatro grandes privatizações. É importante ressaltar que esses anúncios ocorreram após alguns integrantes da secretaria especial responsável pelas privatizações, entre eles o empresário Salim Mattar, que liderava a secretaria, deixarem a equipe de Guedes, alegando dificuldades em tornar mais rápido o ritmo das privatizações e a falta de agilidade do Congresso Nacional para acelerar o processo de reformas administrativas que possibilitariam as desestatização.

Como líder da equipe econômica do atual Governo Federal, Paulo Guedes vem sendo bem-sucedido em suas ações, ainda que com eventuais percalços e baixas em sua equipe, colocando em prática um conjunto de medidas assumidas como compromisso na campanha eleitoral de 2018, que teve como resultado a vitória de Jair Bolsonaro, bem como a eleição de um grande número de deputados e senadores, integrantes da coligação do Presidente, parlamentares em grande medida apoiadores de ações privatizantes e contrários a uma presença marcante do Estado nas questões econômicas.

Pronunciamento do ministro da economia Paulo Guedes e do Presidente Jair Bolsonaro.

Campanha contra a privatização do Banco do Brasil em 2018.

Apesar da vitória eleitoral dessa política, as pesquisas de opinião tornam o debate em torno das privatizações mais complexo. Pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha em 2017 e 2019 indicam que a maioria das brasileiras e dos brasileiros é contrária à venda de empresas públicas estatais, como os Correios, a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Embora, entre 2017 e 2019, tenha aumentado a parcela da população favorável à privatização, dois a cada três brasileiros opõem-se a essa política. Os dados da pesquisa de opinião realizada em 2019 indicam que, mesmo entre os eleitores de Jair Bolsonaro, não há consenso ou apoio massivo às privatizações.

Como outro indício acerca do caráter polêmico e não consensual da política de privatizações, podemos citar a formação, em julho de 2019, de diversas frentes parlamentares de oposição às privatizações no setor elétrico. A Frente Parlamentar em Defesa da Eletrobras e do Setor Elétrico contava, em meados de 2020, com a adesão de 210 parlamentares. Também em 2019, parlamentares da oposição organizaram uma frente que, em ação conjunta com entidades sindicais, passaram a defender abertamente a rejeição da proposta do governo de privatização dos Correios.

Esses dados nos mostram que a política de privatizações, embora muito defendida por Paulo Guedes e a equipe que integra o Ministério da Economia, sofre oposição de alguns setores da sociedade. Os diferentes posicionamentos em torno desse tema evidenciam a importância de discutir amplamente a questão, ponderar eventuais benefícios e malefícios das privatizações, contextualizar as propostas com as particularidades do desenvolvimento histórico da formação econômica e social brasileira.

Evidentemente que a ampla e necessária discussão envolvendo os múltiplos aspectos da política de privatizações não pode ser esgotada nesse breve espaço de reflexão. O que faremos a seguir consiste em elencar alguns argumentos, que acreditamos relevantes, envolvidos nessa temática, de maneira a permitir a abertura para reflexões maiores.

Um resgate histórico

Para entender o debate em torno da presença do Estado na economia é preciso voltar ao século XIX, período da consolidação do capitalismo industrial, e observar que, mesmo nas economias altamente desenvolvidas, como no caso dos países da Europa ocidental e os Estados Unidos, Estado e mercado tiveram papel preponderante e complementar nos diferentes países que passaram pelas revoluções industriais e as transformações econômicas, sociais, culturais e políticas delas advindas.

Mais do que polos opostos e excludentes, Estado e mercado auxiliaram-se mutuamente na história do desenvolvimento capitalista. As ideias liberais, por exemplo, agiram, desde meados do século XVIII na Europa, como substrato intelectual do processo histórico de estruturação do capitalismo, defendendo pressupostos como a livre iniciativa, a livre concorrência e a liberdade comercial. Tais ideias nunca prescindiram da necessidade do Estado como ente político responsável pelo estabelecimento de uma ordenação jurídica e militar para organizar a sociedades no sentido de criar as melhores condições para o florescimento da "livre iniciativa".

Para evocar exemplos concretos, dessa relação de interdependência entre Estado e mercado nas economias capitalistas modernas, não podemos nos esquecer de que na Inglaterra (primeiro país a experienciar a Revolução Industrial), políticas de Estado pautadas pelo incentivo às atividades comerciais marítimas, a reestruturação das relações sociais agrárias, por meio do "cercamento dos campos" e consequente "liberação" de populações camponesas para o trabalho nas manufaturas urbanas contribuíram decisivamente para as transformações econômicas que culminaram no processo de industrialização.

No caso dos Estados Unidos, para citar outro exemplo, após a Independência no final do século XVIII, foram incentivos estatais, por meio de leis que facilitaram o acesso à propriedade agrária nas regiões inexploradas economicamente a oeste das antigas treze colônias inglesas, que subsidiaram um intenso processo de migração e desenvolvimento econômico, no que ficou à época conhecido como "marcha para o oeste".

Em suma, políticas de reforma agrária, legislações regulamentadoras de diferentes atividades industriais e comerciais, ações disciplinadoras junto às populações, no sentido de ordenar as relações de trabalho, quando não intervenções militares em territórios estrangeiros com o objetivo de garantir acesso a matérias-primas e mercados consumidores (fenômeno compreendido pelo pensamento crítico com imperialismo), nos dão exemplos mais do que suficientes da centralidade da atuação do Estado no desenvolvimento e ampliação das relações econômicas de mercado.

É importante ressaltar que essa relação entre Estado e mercado, nas economias capitalistas, não significa afirmar um equilíbrio simétrico entre ambas. Em diferentes momentos da história e como resposta a distintas conjunturas econômicas, sociais e políticas, o desenvolvimento do setor privado foi amplamente mais efetivo e lucrativo do que o setor público; em outros momentos, como após a crise de 1929, nos Estados Unidos, a intervenção estatal na economia, estatizando até mesmo antigas companhias de capital privado, agiu como um eixo de vital importância para o processo de recuperação da recessão econômica em curso.

A economia brasileira

A formação econômica e social brasileira tem especificidades relacionadas ao caráter colonial de seu desenvolvimento, com grande peso de atividades extrativistas e da produção agrícola até as primeiras décadas do século XX. Um processo de industrialização e urbanização mais efetivo ocorreu no Brasil, a partir da década de 1930, durante o período em que o país era comandado por Getúlio Vargas. Nesse contexto, o autoritarismo na esfera política foi combinado como uma forte intervenção do Estado nas atividades econômicas, sendo a criação de empresas estatais um dos fatores marcantes desse período.

A atual Vale foi criada em 1942 por decreto do Presidente Getúlio Vargas; a empresa foi privatizada em 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Abrangendo áreas diversas como o sistema bancário, a produção metalúrgica, a geração de energia elétrica, serviços de telefonia, a exploração petrolífera e de minérios, as empresas estatais foram protagonistas no ciclo de industrialização brasileira entre as décadas de 1930 e 1980, tanto em períodos autoritários como o Estado Novo e a ditadura militar (entre 1964 e 1985) quanto no período democrático (de 1945 a 1964), as empresas públicas tiveram papel importante, realizando investimentos em setores estratégicos para a soberania nacional e agindo como indutoras da atividade econômica em momentos de crise.

No caso brasileiro, essa presença marcante do setor público na economia não significou um entrave ao desenvolvimento do setor privado; ao contrário, agiu de maneira complementar a ele, por meio da oferta de créditos subsidiados, realizando obras de infraestrutura, garantido o abastecimento de recursos fundamentais para o funcionamento da indústria como petróleo e eletricidade.

Mesmo no contexto da Guerra Fria, no qual a excessiva presença do Estado na economia foi, em muitos casos, associada com os regimes do antigo bloco comunista, diversos países mantiveram economias de mercado, garantiram a segurança jurídica à propriedade privada, sem abrir mão de regulações estatais e atuação de empresas públicas em diversos setores considerados estratégicos para a segurança e o desenvolvimento nacional, como o controle de recursos naturais, a oferta de recursos energéticos, tecnologias de comunicações e defesa. Esse é o caso do Brasil entre as décadas de 1930 e 1980.

As políticas de privatizações, com maiores semelhanças aos projetos defendidos pela equipe econômica de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, nos remetem ao contexto das últimas décadas do século XX, quando ganharam força em escala global as ideias neoliberais, as quais têm como escopo que o Estado atua como dificultador do desenvolvimento do mercado e das forças produtivas, por ser identificado com excesso de burocracia, ineficiência de seu corpo de funcionários, taxações e regulamentações abusivas, corrupção generalizada e ineficiência em oferecer às populações produtos e serviços demandados.

A solução veementemente defendida pelos economistas e entusiastas do neoliberalismo residiria em um enxugamento das máquinas públicas, por meio de privatizações, abertura comercial e desnacionalização das economias, desregulamentação das instituições financeiras em contraponto à criação de um ambiente de segurança jurídica e econômica para a expansão do setor privado, em praticamente todas as esferas de atividades econômicas, da extração de recursos minerais, ao gerenciamento de rodovias e parques públicos; dos serviços de tratamento de esgoto e fornecimento de água potável ao controle de direitos essenciais como educação e saúde.

Desde meados da década de 1970, diferentes países e sociedades vivenciaram políticas de privatizações, em maior ou menor intensidade. Esse movimento de abertura e expansão do mercado em detrimento das atividades conduzidas pelo Estado ocorreu tanto em sociedades regidas por violentas ditaduras como o Chile, comandado pelo general Augusto Pinochet, quanto em democracias liberais, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, e em países recém-saídos de ditaduras e com democracias em processo de reconstrução, como o Brasil e a Argentina na década de 1990.

Principalmente na década de 1990, diversas empresas estatais brasileiras passaram por processos de privatização; atualmente, passadas aproximadamente duas décadas e meia, ainda existem polêmicas quanto aos eventuais benefícios ou malefícios das privatizações. No debate público acerca dessa questão é comum seus defensores argumentarem que, graças à desestatização do setor de telefonia, as linhas telefônicas e a tecnologia de internet tornaram-se abrangentes e acessíveis para a maior parte da

população brasileira. Já os críticos das privatizações evocam as recentes tragédias ambientais de Mariana e Brumadinho, sob responsabilidade da mineradora Vale, como um exemplo de política de privatização que teve como resultado final a submissão de recursos e patrimônios ambientais apenas às leis de mercado, culminando em investimentos insuficientes na prevenção do rompimento das barragens, gerando duas catástrofes sociais e ambientais.

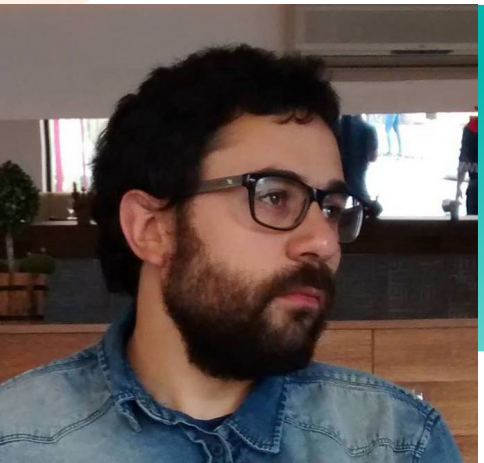
O debate é longo, complexo e com ambos os lados contando com argumentos, réplicas e tréplicas bastante pertinentes. Se nos atentarmos para os exemplos internacionais, encontraremos casos de sucesso e fracasso tanto de economias com baixíssima participação estatal quanto economias nas quais o Estado e as empresas estatais assumem papel preponderante nas atividades econômicas.

Diante desse aparente impasse argumentativo, gostaríamos de sugerir um outro prisma de análise da questão, como acenamos no início de nosso percurso reflexivo: a oposição rígida entre liberalismo e intervenção estatal, Estado e mercado deve ser relativizada à luz de uma análise histórica. No entanto, nos parece que a mesma orientação é relevante para a oposição privatizações × empresas públicas/estatais. Existem empresas estatais eficientes e com gestão respeitosa aos cofres públicos, como também existem companhias privadas nas quais executivos cometem desvios de verbas e adotam posturas não transparentes, o que nos obriga a pensar o dilema discutido até aqui em outros termos.

Como indicamos anteriormente, por mais que Estado e mercado não sejam esferas da experiência social opostas e excludentes, ambos cumprem papéis distintos e com objetivos também distintos nas sociedades contemporâneas. Quando falamos de Estado, sabemos que suas ações devem se desenvolver dentro de um determinado pacto político e social, expresso na forma das leis. Já as empresas privadas em sociedades capitalistas têm como princípio estruturante a busca pelo aumento da sua lucratividade, a inovação e o crescimento de sua capacidade produtiva constante. Nesse sentido é claro que são objetivos distintos e, em determinadas circunstâncias, podem entrar em conflito.

O desenvolvimento das forças produtivas de mercado permitiram, nos últimos dois séculos (para nos atermos apenas ao período posterior à Revolução Industrial), um aumento significativo da integração comercial, do desenvolvimento científico e tecnológico, e do surgimento de bens e serviços que aumentaram nossa expectativa de vida, erradicaram doenças e construíram sociedades mais ricas do que no passado. Porém, em tempos mais recentes, assistimos ao crescimento da desigualdade social e à degradação do meio ambiente em escala cada vez maior, pondo em dúvida a própria possibilidade de sobrevivência das sociedades humanas no planeta em condições adequadas de dignidade.

Diante desses complexos problemas do mundo contemporâneo, deveríamos contextualizar os dilemas em torno de privatizar ou não privatizar dentro dessa perspectiva mais ampla.



Henrique Martines Herrera é graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo, realizando pesquisas sobre a história social e política do Brasil republicano. Atua como docente de História no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.

DE COLLOR A TEMER – AS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL

1990 a 2018

Collor (1990-1992)

Plano Nacional de Desestatização 18 empresas públicas privatizadas – Exemplo: Usiminas.

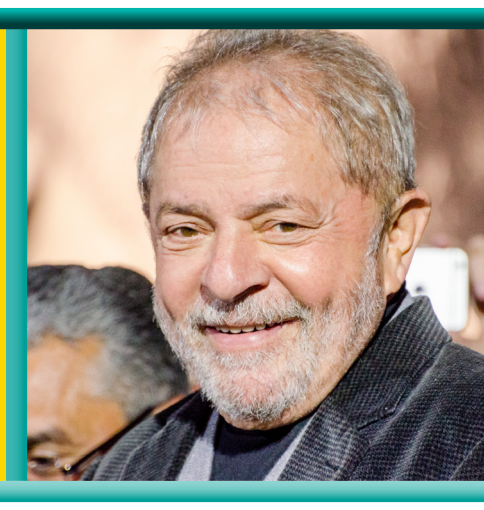
Itamar (1992-1994)

Plano Nacional de Desestatização 18 empresas públicas privatizadas – Exemplo: Usiminas.

FHC (1995-2002)

Sistema Telebras / Vale do Rio Doce / Eletropaulo e Light / Banespa / Arrecadações com vendas: US$70 bilhões

Lula (2003-2010)

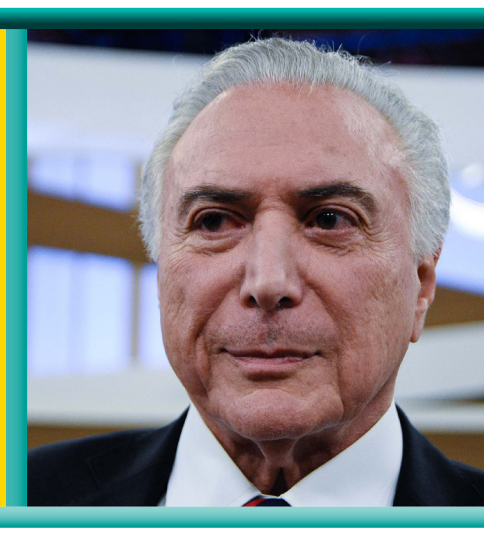


Foco em concessões / Rodovias federais / Hidrelétricas: Santo Antônio, Jirau

Dilma (2011-2016)

Continuidade das concessões / 7 Rodovias / 6 Aeroportos / Portos / Ferrovias.

Temer (2016-2018)



Continuidade das concessões / Maior pacote de privatizações em duas décadas / Proposta de 57 privatizações (mais da metade não saiu do papel) Aeroportos / Rodovias / Portos.

Fonte: Privatizações valem a pena. **Politize**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/privatizacoes-valem-a-pena/>. Acesso em: 15 out. 2020.

REFLEXÃO NA PRÁTICA

ARTICULANDO IDEIAS E PRÁTICAS

IC MIS PC EMP

> Investigação Científica

> Mediação e Intervenção Sociocultural

1. Considerando o aspecto polêmico da questão das privatizações e a necessidade de informações e reflexão sobre a questão, realize uma pesquisa nos meios de comunicação buscando identificar quais são os principais argumentos do Ministério da Economia para levar adiante, com bastante firmeza, uma política de privatizações e desinvestimentos. Pesquise também a atuação das frentes parlamentares contra as privatizações no setor elétrico e nos Correios, buscando levantar os principais argumentos dos parlamentares que se opõem às privatizações.

2. Posteriormente à realização das pesquisas e do levantamento dos dados, elabore, no formato de apresentação em *slides*, um quadro comparativo de ambas as posições nesse debate, buscando contrapor tais posições no tocante a questões como a eficiência das empresas públicas e privadas, a preocupação com o oferecimento dos serviços privatizados para populações de baixa renda que eventualmente não possam pagar pelos serviços privatizados.

3. Partindo das informações acumuladas com base no trabalho de pesquisa, elabore um questionário, visando à realização de uma pesquisa de opinião sobre o tema. Formule questões relacionadas à posição do entrevistado sobre as privatizações, quais os motivos o fazem ser favorável ou contrário a elas e se conhece exemplos bem-sucedidos de privatizações de empresas públicas.

4. Após a realização do quadro comparativo dos argumentos favoráveis e contrários às privatizações por parte do Governo Federal e dos parlamentares de oposição, e a aplicação da pesquisa de opinião, utilize todas as informações coletadas e sistematizadas para roteirizar e gravar um *podcast*. Esse meio de informação deve ser organizado com o objetivo de auxiliar uma pessoa com poucas informações sobre o assunto, de modo que o conteúdo apresentado nesse formato possa servir como um ponto de partida para uma reflexão maior sobre o tema.

TRABALHANDO À DISTÂNCIA

A atividade foi pensada para ser realizada fora da sala de aula, se a escola estiver fechada por precaução à covid-19. Podem ser utilizados dispositivos tecnológicos para as discussões em grupo, planilhas e editores de texto compartilhados, aplicativos de mensagens de texto, redes sociais, entre outros.

SUGESTÕES DE TRABALHO

POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Na BNCC:

- EMIFCG01
- EMIFCG02
- EMIFCG04
- EMIFCG06
- EMIFCG07
- EMIFCG08
- EMIFCHSA01
- EMIFCHSA03
- EMIFCHSA06
- EMIFCHSA07
- EMIFCHSA08

Conteúdos abordados:

- Privatizações
- Neoliberalismo
- Política e economia brasileira contemporânea

Como pudemos discutir ao longo dos textos apresentados nesta edição, a adoção de políticas de privatização de empresas públicas é um tema polêmico, com repercussões diretas em nossa vida cotidiana, sobretudo se considerarmos que utilizamos serviços e produtos fornecidos por empresas estatais. Diante de impasses e temas não consensuais na vida política, é bastante prudente adotar uma postura de cautela, bem como um estudo sistemático da questão e ponderação acerca das consequências das decisões a serem tomadas. As atividades propostas nesta seção têm como objetivo estimular a pesquisa de dados relevantes sobre o tema e instigar os estudantes a sistematizarem os conhecimentos construídos por meio da produção de um *podcast* informativo.

Da informação à reflexão: dados e fontes em Ciências Humanas

Neste ciclo 2020, **Articulação Itinerários CHSA** aborda temas que se relacionam à utilização de fontes e dados nas Ciências Humanas, explorando as formas e a importância da coleta e da produção de dados e informações para a apreensão de fenômenos sociais, a construção de conceitos, a definição de políticas públicas e o avanço da ciência.

Diretor-geral
Ricardo Tavares de Oliveira

Diretor adjunto
Cayube Galas

Gerente editorial
Júlio Ibrahim

Gerente de produção e *design*
Letícia Mendes de Souza

Editora
Amanda B. Voivodic

Editora assistente
Thais Alves de Souza

Coordenador de eficiência e *analytics*
Marcelo Henrique Ferreira Fontes

Supervisora de preparação e revisão
Adriana Soares de Souza

Preparação e revisão
Equipe FTD

Coordenadora de imagem e texto
Marcia Berne

Pesquisa de Iconografia
Equipe FTD

Coordenadora de criação
Daniela Máximo

Supervisor de produção e arte
Fabiano dos Santos Mariano

Projeto gráfico
Bruno Attilli

Editora de arte
Adriana Maria Nery de Souza

Créditos das imagens:
p.1. Rogério Galasse/Futura Press; p.2. Sérgio Lima/Folhapress; p.4. fabiocostafotografia123/Shutterstock.com;
p.5. Ronaldo Almeida/Shutterstock.com; p.6. Inspiring/Shutterstock.com; p.7. Mateus Bonomi/AGIF/Glow Images;
p.8. Comitê Nacional em defesa das empresas públicas;
p.9. Marcos Issa/Bloomberg/Getty Images; p.11. Acervo pessoal;
p.12. Juan Carlos Gomez/AP/Glow Images, Antonio Scorza/AFP/Getty Images, A.PAES/Shutterstock.com, Gero Rodrigues/Shutterstock.com,
Frederic Legrand – COMEO/Shutterstock.com, Ronaldo Silva/Futura Press